

Opinião

Seguro de renda

safras que está plantando a que preço, e para quem?

Com as carnes a situação é parecida. Ao visitar a Sial, uma das maiores feiras mundiais de alimentos e bebidas, realizada no final de outubro, em Paris, constatei que a escassez de crédito mexe com o mercado de carnes. A Rússia, nosso maior comprador individual da carne bovina, está sem recursos para quitar parcelas restantes de carregamentos já entregues. Contêineres estão parados nos portos de lá. Eles pedem descontos, enquanto exportadores brasileiros sinalizam que podem trazer os carregamentos de volta.

É hora do setor rural discutir com o governo mecanismos de proteção de renda, dentro da política de garantia de preços mínimos, como o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), Aquisição do Governo Federal (AGF), Empréstimo do Governo Federal (EGF), entre outros instrumentos. E este diálogo, acima de tudo, tem de servir de gancho para que seja debatida uma nova política agrícola para o País, condizente com a importância e os riscos inerentes da atividade. Uma política agrícola ampla, que tenha como objetivo viabilizar renda para o produtor, não apenas crédito. Para isso, o seguro rural tem de constar da agenda porque dá retaguarda aos recursos investidos no setor.

Para concluir, fica a mensagem de que dar suporte à atividade rural é uma medida de interesse público. Um agronegócio vibrante tem o efeito multiplicador de dinamizar as economias das regiões produtoras e os negócios do setor industrial e de serviços das grandes cidades, garantindo e gerando empregos, contribuindo para o incremento da riqueza e desenvolvimento do País. ■



João Sampaio*

MAIS QUE nunca, a agricultura brasileira precisará de instrumentos de seguro de renda para, na hora da comercialização, o agricultor resgatar dívidas e produzir o próprio crédito de custeio e investimento das próximas safras. Se em tempo de recursos fartos já o necessitava, com a atual escassez de crédito, deve acessá-los para reduzir os riscos inerentes à situação econômica instável.

O nosso modelo de crédito agrícola baseado no financiamento direto da produção, calcado nas exigibilidades de 30% dos depósitos bancários à vista e de 70% da poupança rural, não atender à demanda. Por sua vez, o dinheiro das *tradings* e os recursos livres desaparecem e ficam caro demais para o financiamento do plantio seguinte. Uma das saídas imediatas é utilizar os mecanismos de proteção cambial e de preços (*hedge*) em Bolsas de Mercados e Futuros.

Em algumas regiões do País, o endividamento é um gargalo para a adoção de tais práticas. No entanto, o governo federal aceita com limites adicionais de crédito para financiar as margens de garantia, custos operacionais e ajustes diários atrelados aos contratos futuros. Como essas operações dão ao produtor uma margem mínima de lucro, resultam em seguro de renda.

Se antes o produtor adotava o seguro da safra para ter acesso ao crédito oficial subsidiado, da mesma forma, poderia

fazê-lo na forma de *hedge* para a comercialização. A ordem é seguro na hora de plantar e de vender.

O produtor hoje tem acesso à subvenção do prêmio do seguro rural, que corresponde a 50% do valor pago. No caso de São Paulo, que desenvolve seu próprio programa antes do federal, o agricultor chega a pagar apenas 25% do valor do prêmio, pois utiliza o benefício pelos planos federal e estadual, totalizando 75% de subsídio.

Para o seguro de renda, o estado de São Paulo também estuda um programa de subsídios das opções de compra e venda, bancando metade do prêmio. Vamos trabalhar com soja, milho, boi e café. Diferentemente dos mecanismos de garantia de preço mínimos por meio dos instrumentos de PEP, Pepro, Prop, o programa paulista seria de proteção de renda via mercado.

A popularização dos instrumentos de proteção é o próximo desafio do agronegócio brasileiro. A criação dos mesmos é um grande passo, mas o produtor, seja por falta de informação ou de incentivo, subutiliza e fica sempre na dependência do crédito puro e simples. Há dois efeitos: círculo vicioso do endividamento e danos à sua imagem, como se fossemos eternos privilegiados das benesses governamentais, o que não é verdade. O agricultor brasileiro, comparado ao restante do mundo, incluindo os norte-americanos, é bem menos protegido.

E agora, ao não utilizarmos os instrumentos disponíveis, ficará ainda menos salvaguardado das intempéries do mercado de *commodities* agrícolas, que cada vez mais faz parte da roleta financeira. A crise financeira têm duas correntes muito fortes de consenso, a necessidade de um mercado auto-financiado com dispositivos de seguro de renda e, ao mesmo tempo, controle e transparência maiores do sistema global. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo